

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

CONGRESSO NACIONAL

Sessão Solene – 10/05, às 15h30 – Plenário do Senado Federal

Está prevista sessão solene destinada à Promulgação da Emenda Constitucional nº 121, de 2022, referente a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2021, que altera o inciso IV do § 2º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021. A emenda estabelece benefícios tributários para setor de informática.

SENADO FEDERAL

Plenário – 10, 11 e 12/05 – 16h

As sessões deliberativas no Plenário do Senado desta semana ocorrerão na terça, quarta e quinta-feira, sob o “esforço concentrado” convocado pelo presidente do Senado Federal, para a apreciação de autoridades que dependem de votação nominal e presencial.

Nesta terça-feira, dia 10/05, além da apreciação de autoridades advindas das comissões, pode ocorrer a apreciação de demais proposições, destacando-se entre outros:

- PEC 32/2021, que altera a Constituição Federal para elevar para setenta anos a idade máxima para a escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho, do Tribunal de Contas da União e dos Ministros civis do Superior Tribunal Militar, com parecer da CCJ favorável à proposta.
- PL 5284/2020, que inclui disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal. A CCJ apresentou parecer favorável à proposta;

- PL 5026/2019, que torna obrigatória a divulgação do Estatuto da Juventude e institui a Semana Nacional do Estatuto da Juventude;
- PL 4059/2021, que altera a Lei de Licitações de Publicidade (12.232/2010), para dispor sobre as contratações de serviços de comunicação institucional, e a Lei das Eleições (9.504/1997), para dispor sobre gastos com publicidade dos órgãos públicos no primeiro semestre do ano de eleição.

É prevista ainda nesta sessão, a votação do PL 316/2021, que reduz a pena imputada aos crimes contra as relações de consumo e o Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer a inversão do ônus da prova para a comprovação pelos fornecedores da adequação dos seus produtos ou serviços ao consumo e ao uso.

Na quarta-feira, 11/05, estão previstas apenas deliberações e apreciações de autoridades advindas das comissões.

Na quinta-feira, deve ocorrer sessão deliberativa que se inicia às 10h, além das apreciações de autoridades advindas das comissões, estão pautadas:

- MP 1.079/2021, que dispõe sobre a prorrogação excepcional de prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos em regimes especiais de drawback;
- MP 1.081/2021, que autoriza o Poder Executivo Federal a doar imunizantes contra a covid-19 a outros países em caráter de cooperação humanitária internacional.;
- MP 1.089/2021, Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, para dispor sobre o transporte aéreo;
- MP 1.094/2021, que dispõe sobre a redução na alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre as operações que menciona.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE – 10/05 – 9h

ITEM 04 – PLP 187/2019, que acrescenta o inciso X ao art. 3º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para prever a não incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre a aquisição de munições, armas de fogo e acessórios por profissionais da segurança pública.

O relator, senador Oriovisto Guimarães (Podemos/PR), apresentou parecer contrário à proposta.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 10 a 12/05 – Sessão deliberativa

É aguardada a leitura das seguintes Medidas Provisórias, que depois de serem lidas, passarão a sobrestar a pauta:

- MP 1.080/2021, que institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades fim da Polícia Federal-FUNAPOL, e dá outras providências;
- MP 1.082/2021, que dispõe sobre o percentual mínimo do repasse obrigatório da União aos fundos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- MP 1.083/2021, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 6.412.000.000,00, para os fins que especifica;
- MP 1.087/2021, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 167.288.600,00, para o fim que especifica;
- MP 1.095/2021, que revoga dispositivos da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, referentes à tributação especial da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas;

- MP 1.099/2022, que institui o Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário e o Prêmio Portas Abertas.

Também poderão ser deliberados requerimentos de urgências e proposições legislativas, dos quais destaca-se o PL 3.125/2021, que responsabiliza civilmente o agente que provocar acidente com dolo ou culpa e que esteja sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que altera a capacidade de discernimento.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta, mediante acordo de líderes.

**Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público – CTASP - 10/05 –
9h30 – Plenário 12**

PLP 409/2014, que institui a Lei da Meritocracia, através do Planejamento Estratégico da Administração Pública Brasileira e do Sistema Nacional de Gestão de Alto Desempenho, autoriza a celebração de Acordos de Resultados e Contratos de Gestão.

O relator, Deputado Tiago Mitraud (Novo/MG), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

PL 71/2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação, pelos agentes públicos, de declaração eletrônica de bens e valores para a posse e o exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional.

A relatora, Deputada Fernanda Melchionna (Psol/RS), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

**Comissão de Constituição e Justiça – 10/05, às 13h e 11/05, às 9h – Plenário
01**

PL 4514/2012, que garante a sustentação oral pelo advogado nas sessões de julgamento perante tribunal ou qualquer órgão colegiado, em instância judicial ou administrativa". (Apensado: PL 746/2021).

O relator, Deputado Fábio Trad (PSD/MS), apresentou redação final à matéria.

PL 4895/2020, que altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para criar o crime de “Intimidação violenta”.

A relatora, Deputada Margarete Coelho (PP/PI), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

PL 9424/2017, que concede o porte de arma de fogo aos integrantes do quadro efetivo de servidores penitenciários.

O relator, Deputado Delegado Pablo (PSL/AM), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 10/05 –

1 4 h - Plenário 06

PL 6.354/2019, que concede tratamento penal mais rígido a crimes relacionados com o porte de arma de fogo.

O relator, Deputado Paulo Ganime (NOVO/RJ), apresentou parecer pela aprovação da matéria, com substitutivo.

PL 1.898/2019, que estabelece a perda da autorização de porte de arma de fogo se o portador ingerir bebida alcoólica ou fizer uso de substância psicoativa que determine dependência.

O relator, Deputado Marcel Van Hatten (NOVO/RS), apresentou parecer pela aprovação da matéria, com substitutivo.

PL 8.063/2017, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências, para proibir a utilização de policiamento militar em eventos privados.

A relatora, Deputada Major Fabiana (PSL/RJ), apresentou parecer pela rejeição da matéria.

PL 5.417/2020, que estabelece normas para publicidade de armas de fogo em todo território nacional e dá outras providências.

O relator, Deputado Eli Correa Filho (DEM/SP), apresentou parecer pela rejeição da matéria.

GT do novo Código de Processo Penal (CPP) - 10/05 – 14h – Local a definir

Apreciação das emendas ao Substitutivo do Relator, item "d" do Roteiro de Trabalho.

Título VIII (Da Prova) - art. 231 a 320. (Apreciação nos termos do art. 50, III, "a", do Regimento Interno).

Deputado João Campos (Republicanos/GO) – Relator.

Deputada Margarete Coelho (PP/PI) – Coordenadora.

Comissão de Esporte – 10/05 – 15h – Plenário 04

PL 549/2019, que altera o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei nº 10.671), para ampliar a proteção às torcedoras contra atos de violência em ambientes de prática esportiva. (Apensado: PL 346/2020).

A relatora, Deputada Celina Leão (PL/DF), apresentou parecer pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do apensado.

Comissão de Minas e Energia – 11/05 – 10h - Plenário 14

PL 2.945/2021, que dispõe sobre medidas de proteção complementar às pessoas que vivem no entorno de empreendimentos minerários a partir da vedação de exploração mineral em áreas nas quais tenha havido deslocamento forçado de pessoas devido a suposto ou efetivo risco de acidente ou desastre causado por extravasamento ou rompimento iminente ou consumado de barragem de rejeitos e/ou água.

O relator, Deputado Joaquim Passarinho (PSD/PA), apresentou parecer pela rejeição da matéria.

**Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDH – Audiência Pública – 11/05 –
15h30 – Plenário 09**

Está prevista Audiência Pública sobre o uso de agrotóxicos, especialmente via pulverização aérea, e a violação ao direito humano a saúde e a alimentação adequada.

Convidados:

1. Wilton de Almeida, Representante da Comunidade Quilombola “Saco Barreiro”, município de Pompéu, MG; (participação confirmada)
2. Jaime Alves, Gerente Jurídico, representante da Agroindustrial de Pompéu S/A - Agropéu, município de Pompéu, MG; (participação confirmada)
- 3. Ana Paula Carvalho de Medeiros, Procuradora da República, Coordenadora Adjunta do Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos - MPF;(participação confirmada)**
4. Representante do Conselho Nacional de Saúde;
5. Uellen Lisoski Duarte Colatto, Chefe da Divisão de Aviação Agrícola, do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas, da Secretaria de Defesa Agropecuária - MAPA; (participação confirmada)
6. Representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais-EMATER;
7. Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO;
8. Luis Cláudio Meirelles, Representante da Fundação Osvaldo Cruz - FIOCRUZ. (participação confirmada)